



IMUNIDADE PARLAMENTAR COMO PRERROGATIVA CONSTITUCIONAL NO CONTEXTO POLÍTICO ATUAL

SOUZA, Kezia Moraes de¹ (kezia_moraes_souza@hotmail.com); **COGO, Rodrigo**² (profcogo@hotmail.com);

¹Discente do curso de Direito da UEMS – Paranaíba;

²Docente do curso de Direito da UEMS – Paranaíba.

A pesquisa em tela ocupou-se de um estudo jurídico acerca do atual cenário político-legislativo brasileiro, com ênfase para os casos onde denúncias de corrupção assolaram o país, distorcendo as garantias sobre as quais o Poder Legislativo se vale, a exemplo das imunidades parlamentares. Nesta esteira, foi objeto de análise a distorção desse instituto por membros do Congresso Nacional, e sua utilização apenas com o objetivo de ser gerada a impunidade diante de práticas criminosas, caracterizando, assim, evidente incompatibilidade em relação aos princípios informadores do Estado Democrático de Direito. Para a demonstração da manipulação supra, o estudo se debruçou sobre a extensão dessas imunidades, tanto formal quanto material, enfatizando que se bem interpretadas, atingem sua finalidade de proteção e fortalecimento do Poder legislativo. Outrossim, restou consignado que esta garantia constitucional, mesmo após ciclos, continua com a mesma intenção e finalidade com que fora proposta, que é a de salvaguardar o trabalho dos parlamentares com relação à inviolabilidade de suas manifestações por palavras, votos e opiniões. A pesquisa, de cunho bibliográfico e jurisprudencial, teve por ferramenta de alcance dos objetivos propostos, a busca em obras e sites especializados de artigos referentes ao tema, tentando por meio do método dedutivo-indutivo, demonstrar a má utilização de importante elemento da ordem constitucional pátria. A Constituição Federal de 1988, a legislação brasileira que trata do tema, juntamente com o lecionado por renomados autores do Direito Constitucional brasileiro, foram os referenciais teóricos utilizados. Em sede de resultados ou conclusões, pode-se perceber que a questão levantada durante toda a pesquisa têm sido alvo de interesse público, dada a sua relevância em todas as esferas de poder, abrangendo diferentes setores da sociedade brasileira, com destaque para a última decisão da Suprema Corte sobre o foro de prerrogativa de função. E, de todo o pesquisado, colheu-se o entendimento de que a livre manifestação de expressão, voto e opinião são essenciais para os parlamentares, como verdadeira proteção ao exercício pleno de suas funções, pois o povo que os elegeu, assim procedeu por acreditar nas suas convicções e para que estes pudessem exercer, sem medo ou restrições, seus mandatos, em prol da população. Desta feita, o mandato parlamentar deve ser um instrumento democrático de transformação social, sem manipulações que tornem uma garantia constitucional, mera ferramenta de benefício pessoal e de fomento à corrupção.

Palavras-chave: Imunidade Parlamentar. Poder Legislativo. Corrupção.

Agradecimentos: Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de iniciação científica. A Professora Dra. Sidinea Cândida Faria e também ao Professor Me Rodrigo Cogo, que em suas orientações, com muita paciência, colaboraram decisivamente para o desenvolvimento da presente pesquisa.